

PORTARIA GPR N 584, DE 27 DE MAIO DE 2009.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2009 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e regimental, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 887/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2009, na forma do demonstrativo anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Desembargador NIVIO GERALDO GONÇALVES
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2008 A ABRIL/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.135.520	601	1.136.121
Pessoal Ativo	917.968	208	918.176
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	36.126		36.126
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Ativo	881.842	208	882.050
Pessoal Inativo e Pensionistas	217.552	393	217.945
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	296.018		296.018
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores	87.648		87.648
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	208.202		208.202
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	839.670	601	840.271
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			420.877.832
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,199465 %	0,000143%	0,199647%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,275000%		1.157.414
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,261250%		1.099.543

FONTE: SIAFI, Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 577, de 15.10.2008, e Portaria STN nº 276, de 19.05.2009, que divulga a RCL, disponível no site da STN.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) As Despesas de Exercícios Anteriores não computadas devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF. Desta forma, visando garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a execução, no elemento de despesa 92, relativa ao período de maio a dezembro de 2008.

3) As despesas não computadas, relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados, correspondem à execução nas fontes 156/169.

Des. NÍVIO GERALDO GONÇALVES
Presidente do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF E DOS TERRITÓRIOS

IVANA H. UEDA RESENDE
Secretária-Geral

CID MOREIRA
Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

RAQUEL SOARES BUGARIN ARAÚJO
Secretária de Controle Interno

PUBLICADA NO DO	SEÇÃO 1
FL. 212/213	De: 29/05/2009

PORTARIA GPR N 1140, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2009 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e regimental, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 887/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2009, na forma do demonstrativo anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador Nivio Geraldo Gonçalves
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidad as	Inscritas em Restos a Pagar não Process ados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.130.186	601	1.130.787
<i>Pessoal Ativo</i>	906.255	208	906.463
<i>Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)</i>	34.755		34.755
<i>Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)</i>			
<i>Demais Despesas com Pessoal Ativo</i>	871.500	208	871.708
<i>Pessoal Inativo e Pensionistas</i>	223.931	393	224.324
<i>Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)</i>			
(-) <i>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</i>	233.572		233.572
<i>Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária</i>			
<i>Decorrentes de Decisão Judicial</i>			
<i>Despesas de Exercícios Anteriores</i>	17.925		17.925
<i>Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados</i>	215.647		215.647
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	896.614	601	897.215
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			423.852.89
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,21153 9%	0,00014 2%	0,21168 1%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,275000 %		1.165.595
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,261250 %		1.107.316

FONTE: SIAFI, Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 577, de 15.10.2008, e Portaria STN nº 557, de 21.09.2009, que divulga a RCL, disponível no site da STN.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) As despesas de Exercícios Anteriores não computadas devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF. Dessa forma, visando garantir a exatidão dos dados, foi considerado apenas a execução, no elemento de despesa 92, relativa ao período de setembro a dezembro de 2008.

3) As despesas não computadas, relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados, correspondem à execução nas fontes 156/169.

Des. NÍVIO GERALDO GONÇALVES
Presidente

IVANA H. UEDA RESENDE
Secretária-Geral

CID MOREIRA
Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

RAQUEL SOARES BUGARIN ARAÚJO
Secretária de Controle Interno

PUBLICADA NO DO	SEÇÃO 1
FL. 85	De: 29/09/2009

PORTARIA GPR N 092, DE 28 DE JANEIRO DE 2010

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre do exercício financeiro de 2009 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e regimental, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 887/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º quadrimestre do exercício financeiro de 2009, na forma dos demonstrativos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2009

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Jan/09 a Dez/09)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.193.106	1.634
Pessoal Ativo	971.859	1.524
Sentenças Judiciais Sem Precatório	34.030	
Sentenças Judiciais com Precatório		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	937.829	1.524
Pessoal Inativo e Pensionista	221.247	110
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	239.676	1.634
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	18.636	
Despesas de Exercícios Anteriores	12.906	1.524
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	208.133	110
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	953.430	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	953.430	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	437.199.421	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) x 100	0,218077%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,275000%	1.202.298
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,261250%	1.142.183

FONTE: SIAFI e Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 577, de 15.10.2008 e Portaria STN nº 34, de 19.01.2010, que divulgou a RCL.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) As despesas não computadas, relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados, correspondem à execução nas fontes 156/169.

3) As despesas não computadas, relativas a decisão judicial, referem-se à exercícios anteriores (331909291).

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2009

RGF – Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ Milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	63.464	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	7.695
Caixa		Depósitos	2.398
Bancos	1.573	Restos a Pagar Processados	4.450
Conta Movimento	1.573	Do Exercício	4.429
Contas Vinculadas		De Exercícios Anteriores	21
Aplicações Financeiras		RP Não-processados de Ex. Anteriores	846
Outras Disponibilidades Financeiras	61.891		
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	61.891		
SUBTOTAL	63.464	SUBTOTAL	7.695
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	55.769
TOTAL	63.464	TOTAL	63.464
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			55.532

FONTE: SIAFI e Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 577, de 15.10.2008 e Portaria STN nº 34, de 19.01.2010, que divulgou a RCL.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2009

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	21	4.429	846	55.532	
TOTAL	21	4.429	846	55.532	0

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

55.769

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Recursos Ordinários (00)	21	3.789	650	40.248	
Custas e Emolumentos – Poder Judiciário (27)		537	196	2.685	
Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados (50)				1.366	
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor (56)				110	
Recursos de Convênios (81)		103		11.122	
TOTAL	21	4.429	846	55.532	

FONTE: SIAFI/2009 e Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 577, de 15.10.2008 e Portaria STN nº 34, de 19.01.2010, que divulgou a RCL.

Nota: Os Restos a Pagar Não Processados inscritos de exercícios anteriores foram prorrogados por força do Decreto nº 7.057, de 29.12.2009.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009

RGF – Anexo VII (LRF, art. 48)

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	953.430	0,218077%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.202.298	0,275000%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.142.183	0,261250%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado no demonstrativo de restos a pagar	55.532	55.769

Des. NÍVIO GERALDO GONÇALVES
 Presidente do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF E TERRITÓRIOS

CHARLESTON REIS COUTINHO
 Secretário-Geral Substituto

CID MOREIRA
 Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

VINÍCIUS AUGUSTO GUIMARÃES
 Secretário de Controle Interno Substituto